

ENTRE A CIÊNCIA E A HIERARQUIA: AS REPRESENTAÇÕES RACIALIZADAS DOS POVOS EM *VIAGEM PELO BRASIL: 1817-1820*, DE SPIX E MARTIUS

Giseli dos Santos Alves da Silva, Iguatu-CE, Brasil¹, Francisco Isaque Bezerra de Souza²,
Maria Márcia Melo de Castro Martins³

¹Universidade Estadual do Ceará, FECLI, e-mail: giseli.santos@aluno.uece.br

²Universidade Estadual do Ceará, FECLI, e-mail: isaque.souza@aluno.uece.br

³Universidade Estadual do Ceará, FECLI, e-mail: marcia.melo@uece.br

Resumo: O presente estudo investiga o pensamento científico dos naturalistas Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), a partir da edição de 1976 do primeiro volume da obra *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, publicada originalmente em 1823. A pesquisa é de cunho qualitativo, bibliográfico e documental. O artigo examina como os discursos documentados durante a expedição científica realizada no início do século XIX, influenciaram a difusão da visão eurocêntrica, determinista e hierárquica sobre os povos indígenas e negros do Brasil oitocentista. Neste estudo, analisa-se a influência das correntes iluministas e positivistas nas ponderações de Spix e Martius. A investigação fundamenta-se nos conceitos de representação, de Roger Chartier (1988) e de discurso, de Michel Pêcheux (1995) e Orlandi (2005). Desse modo, evidencia-se que o discurso científico da obra não se restringe à catalogação da natureza, mas mobiliza a ciência para tentar legitimar a superioridade dos brancos europeus, ao classificar e hierarquizar os povos segundo os critérios raciais e civilizatórios europeus.

Palavras-chave: Pensamento científico. Expedições científicas. Representação.

Introdução

O presente trabalho desenvolve-se a partir do interesse em analisar o pensamento científico dos exploradores europeus acerca dos povos brasileiros no século XIX, bem como compreender de que modo seus discursos contribuíram para a difusão de uma visão eurocêntrica, determinista e hierarquizada acerca dessas populações.

O objetivo desta pesquisa é analisar os discursos presentes no primeiro volume da obra *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, publicada em 1823, identificando os pensamentos que fundamentavam a construção das representações raciais acerca dos povos indígenas e

negros no Brasil do século XIX. Desse modo, este trabalho é de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, tendo como corpus de análise a edição publicada em 1976 da obra supracitada.

Os naturalistas Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e Johann Baptist von Spix (1781-1826), sendo o primeiro botânico e o segundo zoólogo, ambos integrantes do Jardim Botânico de Munique, no século XIX, foram escolhidos pela Academia de Ciências de Munique, em 1815, para compor a comitiva científica que realizaria uma expedição oficial solicitada pelo Rei da Baviera, Maximiliano José I, que tencionava obter informações vantajosas sobre as ciências, a cultura, os habitantes e o comércio do continente americano. Contudo, a expedição foi adiada, sendo finalmente iniciada em 1817, com destino ao Brasil, então considerado o “coração do continente americano”, por ocasião da oportuna comitiva da arquiduquesa austríaca, que se casaria, no Rio de Janeiro, com o príncipe Pedro de Alcântara.

Spix e Martius desembarcaram no Rio de Janeiro em 1817, ficando em terras brasileiras até 1820, coletando informações e espécimes. Todo o período de estadia dos exploradores no Brasil foi registrado em três volumes da obra *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, publicados entre 1823 e 1831. No primeiro volume desta obra, eles registraram sua passagem pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. No segundo volume, além de discorrerem sobre o percurso feito em Minas Gerais, eles abrangeram a Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão; no terceiro volume discorreram sobre o Pará e Amazonas. Desse modo, esta pesquisa analisa essa expedição científica europeia, situando-a no contexto da chegada da corte portuguesa e da influência do Iluminismo e do Positivismo. Nesse viés, analisa-se como o cientificismo oitocentista¹ articulou a produção de conhecimento, a expansão imperial e a hierarquização cultural.

A partir do conceito de representação, formulado por Roger Chartier (1988), das reflexões sobre lugar e escrita da história propostas por Michel de Certeau (1982) e da análise do discurso formulada por Michel Pêcheux (1995), investiga-se de que forma os naturalistas difundiram representações racialistas dos povos indígenas e negros que contribuíram para a legitimação da suposta superioridade europeia e para a consolidação de uma visão eurocêntrica de civilização e humanidade.

¹ Concepção influenciada pelo Iluminismo e pelo Positivismo, atribui à razão e ao método científico um caráter universal, aplicando-os ao estudo da natureza e à interpretação dos fenômenos sociais. Dessa forma, práticas como a classificação, a hierarquização e a generalização foram mobilizadas como estratégias de legitimação de discursos que, muitas vezes, sustentaram projetos de dominação, inclusive por meio da naturalização de desigualdades raciais e culturais.

Expedições, progresso e hierarquia: a racionalização da dominação

[...] com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, inicia-se propriamente uma história institucional local. Data dessa época a instalação dos primeiros estabelecimentos de caráter cultural – como a Imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real Horto e o Museu Real –, instituições que transformaram a colônia não apenas na sede provisória da monarquia portuguesa, como um centro produtor e reproduzidor de sua cultura e memória. (Schwarcz, 1993, p. 36).

Para Cunha (1990, p. 91), nos primeiros cinquenta anos após o contato dos europeus, o Brasil “passou em grande parte despercebido”, em razão do fascínio que os portugueses nutriam pelas terras orientais. Essa indiferença inicial, contudo, não significou ausência de hierarquização. Ao contrário, desde cedo consolidou-se uma representação negativa dos povos indígenas. Nesse contexto, o Novo Mundo, “descoberto” pelos europeus no século XVI, não se configurava como prioridade econômica nem como espaço central de disputas comerciais ou de exploração de recursos e de populações.

Com o estabelecimento da família real na América portuguesa², o início do século XIX foi marcado pelo ciclo de expedições de naturalistas, zoólogos, geógrafos, entre outros, advindos de diversas partes da Europa, com o objetivo de obterem conhecimentos mais precisos sobre a geografia brasileira. Para Veiga e Ehlers (2009, p. 3), “[...] a vontade de estudar a flora e a fauna dos trópicos e o interesse em descobrir novas espécies comercialmente exploráveis foram os principais fatores que motivaram os viajantes a conhecer o Novo Mundo”. Além da investigação da fauna e flora dessa América ainda pouco explorada, esses expedicionistas buscavam “caracterizar os tipos humanos e avaliar se a sociedade havia caminhado no sentido de estabelecer a vida civilizada nos trópicos”. (Miranda, 2009, p. 621).

Desde o início das explorações empreendidas pelos viajantes na América do Sul, consolidou-se a concepção de que essas terras eram habitadas por homens considerados “primitivos”, destituídos de história, que necessitavam do saber europeu para se desenvolver e se tornar uma sociedade civilizada. Sob essa perspectiva eurocêntrica, os indígenas brasileiros eram vistos como sujeitos aquém da civilização. (Miranda, 2009). Essa compreensão não apenas justificou a dominação europeia no continente sul-americano, como também fundamentou a implementação forçada de um sistema político, econômico, religioso e cultural.

A origem do nome Iluminismo é tema de debates entre historiadores e filósofos, pois seu significado varia conforme o campo de análise. No âmbito do racionalismo, remete à

² Para Pitta (2011), o termo é utilizado para se referir ao período histórico em que o território que hoje corresponde ao Brasil (e determinadas partes da América do Sul, como a Colônia do Sacramento) foi colonizado e dominado pelo Reino de Portugal.

valorização da razão como luz capaz de extinguir as “trevas” atribuídas aos séculos anteriores. Para Falcon (2009, p. 15), “não basta estudar cada palavra em si mesma; é preciso situá-la filológica e historicamente, nacionalmente e internacionalmente”. Reunindo pensadores do século XVIII, o Iluminismo constituiu-se como um movimento intelectual que marcou profundamente a história da Europa, defendendo a centralidade da razão, a crença no progresso humano e o questionamento das bases morais e políticas. Dentre seus ideais mais influentes estava a convicção de que a humanidade só avançaria por meio do conhecimento racional e de que a ciência deveria ser defendida como ferramenta de compreensão da natureza e da sociedade.

Nesse contexto intelectual, já no final do século XVIII e início do XIX, consolidou-se o Positivismo. Em 1798, na cidade de Montpellier, nasceu Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857), considerado o fundador dessa corrente filosófica. Seu pensamento formou-se em meio às transformações desencadeadas pela Revolução Francesa e pela ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, tornando-se imperador em 1804. A partir desse contexto, reforçou-se a percepção de que a organização social deveria possuir como fundamento princípios racionais e científicos. Nas obras *Curso de filosofia positiva* (1830-1842) e *Sistema de Política Positiva* (1851-1854), Comte sistematizou a ideia de que a humanidade passaria por três estágios: teológico, metafísico e positivo, alcançando a uma fase em que a ciência substituiria a religião nas explicações acerca da natureza e do homem. Assim, o Positivismo pode ser compreendido como herdeiro direto do Iluminismo: enquanto este afirmou a confiança no progresso humano por meio da razão e da ciência, aquele aplicou o método científico ao estudo e à explicação dos fenômenos sociais.

A complementaridade entre Iluminismo e Positivismo manifesta-se na consolidação de uma visão de mundo que hierarquizava povos e culturas conforme critérios europeus de civilidade. Sob a influência dos desdobramentos das ideias iluministas no século XIX, mobilizou-se uma percepção evolutiva no progresso universal, isto é, a crença de que a humanidade avança progressivamente em direção a um estado superior por meio do desenvolvimento científico. Essa concepção do homem e da natureza influenciou os naturalistas que percorreram o globo em grandes expedições científicas, orientando suas classificações e interpretações das sociedades.

Nesse sentido, os expedicionistas Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), que viajaram pelo Brasil entre os anos de 1817 e 1820, constituem exemplos significativos. Inseridos em um contexto de produção intelectual marcado pela herança iluminista e pela consolidação do pensamento oitocentista, ambos possuíam o

objetivo de catalogar e descrever a fauna, flora e as populações que já viviam no território brasileiro. A própria noção de inventariar animais e plantas, implicava sistematizá-los e, em certa medida, hierarquizá-los demonstrando uma concepção científica orientada pela catalogação e pela ordenação da natureza..

Nesse contexto, os empreendimentos científicos do início do século XIX não podem ser analisados apenas como expedições voltadas à catalogação da natureza, mas também como práticas e saberes moldados pelo Iluminismo e pelo Positivismo. Nesse sentido, mobilizam-se os conceitos de representação, formulados por Roger Chartier (1988), de lugar, elaborado por Michel Certeau (1982), e o conceito de discurso, a partir das contribuições de Michel Pêcheux (1995) e Orlandi (2005).

Representar para classificar: história, discurso e ideologia

Com o intuito de fundamentar a análise desta pesquisa, valemo-nos do conceito de representação formulado por Roger Chartier (1988). Para o autor, a representação de um objeto, sujeito ou cenário, não se limita a imagens ou reflexos da realidade, mas é construção simbólica que constitui percepções, reproduzindo maneiras de observar e compreender o mundo direcionando, assim, as práticas sociais. Para Chartier (1988, p. 17), “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Nesse sentido, a representação pode ser compreendida como instrumento de construção de saber que torna presente, por meio da linguagem, um objeto ausente. A respeito desta pesquisa, tal perspectiva orienta a investigação do primeiro volume da obra *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, publicado originalmente em 1823, de Johann Spix (1781-1826) e Carl Martius (1794-1868), que constitui o *corpus* do estudo em tela.

Para Chartier (1988), a interpretação da neutralidade no que se refere à representação é recorrente. Nessa perspectiva, não haveria elaborações moldadas por interesses particulares. Para o autor, essa noção não se sustenta, pois os aspectos sociais, ideológicos, políticos e a própria subjetividade de quem produz a representação estão intrinsecamente ligados às condições históricas de sua produção. Contrariando a ideia de neutralidade, Chartier (1988, p. 20) afirma que a representação “é um instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória [...]”. Assim, ao produzirem a história a partir de uma perspectiva singular, Spix e Martius reproduzem um saber científico eurocêntrico já consolidado no campo intelectual do século XIX. O Positivismo e Iluminismo, enquanto correntes filosóficas que, influentes nesse período,

contribuíram para a elaboração de um pensamento científico que interpretava o sujeito a partir de elementos biológicos articulados a concepções sociais e políticas.

Para compreendermos a influência que o contexto social exerce na trajetória de vida do sujeito, esta análise vale-se das reflexões de Michel Certeau, em *A Escrita da História* (1982). Para o autor, o historiador é reiteradamente influenciado pelo lugar que ocupa. Nesse sentido, outro conceito importante para esta análise é o de lugar, formulado por Certeau. Para o pensador francês, é preciso compreender dois termos que compõem a concepção de lugar: permitir e proibir. Para o autor, a elaboração da história é cercada por escolhas realizadas pelo historiador que, ao analisar um determinado sujeito ou contexto social, interpreta-o de maneira própria, dando-lhe novos sentidos.

Para analisar os discursos contidos na obra *Viagem pelo Brasil: 1817-1820* (1823), de Spix e Martius, faz-se necessário compreendê-los a partir da Análise de Discurso, formulada por Michel Pêcheux (1938-1983). Essa teoria surge da discussão de questões que advogam contra o formalismo hermético da linguagem, que nega os processos externos como elementos atuantes na formação do discurso. Para Pêcheux (1995), a linguagem não pode ser constituída apenas como um sistema de informações estruturado por regras. Assim, a linguagem é pensada no ato. Ao adquirir valor simbólico, o discurso passa a assumir um caráter instável. Nesse sentido, o objeto de estudo deixa de ser os signos linguísticos e passa a adotar o discurso, que transporta as barreiras das palavras, ao alcançar o campo do simbólico.

Para Brasil (2011, p. 175), “pensar a palavra discurso é pensar, inevitavelmente, em política, em discurso político, ou seja, os pronunciamentos praticados por autoridades políticas, cuja fala é perpassada por um vocabulário regular em estilo e forma”. Nessa perspectiva, o discurso, antes de tudo, ocupa um lugar político. Assim, o sujeito enuncia e sua produção discursiva inscreve-se historicamente, ao refletir ideologias próprias de seu tempo, contribuindo para a construção simbólica da realidade. Desse modo, o discurso é perpassado pelas ideologias que cercam o sujeito e também por aquelas que o antecedem.

Para Pêcheux (1995), o discurso resulta na produção de sentidos entre os locutores. Assim, a transmissão da informação não ocorre desvinculada das condições históricas e ideológicas de sua produção. Na construção de sentidos, tanto os sujeitos quanto os próprios sentidos são interpelados “pela história no funcionamento da língua(gem) e não a língua como um estatuto multifuncional [...]”. Brasil (2011, p. 178). Para Orlandi (2005, p. 15), a análise de discurso:



[...] não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento. prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (Orlandi, 2005, p. 15).

Dessa forma, a análise de discurso analisa os processos de produção de linguagem, considerando as situações em que o dizer é produzido. Nesse sentido, compreendendo as regularidades da linguagem em uso, é necessário observar a linguagem além de sua dimensão abstrata. Para compreender os discursos presentes em obras naturalistas do início do século XIX, como a obra analisada neste estudo, faz-se necessário examinar quais ideologias cercavam a produção intelectual dos expedicionários Spix e Martius.

A produção científica dos naturalistas no século XIX esteve intrinsecamente perpassada por fundamentos ideológicos que admitiram a estruturação de um modo específico de observação da natureza e dos povos, permitindo classificá-los. Essa organização foi influenciada mais por questões sociais e morais do que por aspectos biológicos. Longe de constituir um saber científico fundamentado no campo da neutralidade, tal prática mobiliza concepções filosóficas, políticas e sociais que justificariam a expansão europeia, bem como a hierarquização das raças. A concepção de razão como único meio para atingir o conhecimento considerado verdadeiro, bem como a crença na capacidade de ordenar de maneira racional o mundo natural, apontam para um pensamento ligado ao Iluminismo.

A partir das discussões desenvolvidas nesta seção, compreende-se que a narrativa naturalista mobiliza uma prática situada, atravessada por ideologias e condicionada por interesses específicos. A produção textual resultante das expedições demonstra uma escrita orientada por perspectivas particulares, que articulam o saber científico e os projetos de poder. A seguir, o aporte teórico apresentado será aplicado à leitura de *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, escrito por Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, com o intuito de examinar de que maneira a classificação racial é mobilizada na produção textual como ferramenta de legitimação da dominação entre povos.

Classificar para dominar os trópicos: raça e poder no discurso naturalista

Ao analisarmos a obra *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, publicada em 1823, observa-se que Spix e Martius são influenciados pela concepção de hierarquização das raças, que, segundo Charles W. Mills, em *O contrato racial* (2023), consiste em um sistema cujo objetivo é legitimar e justificar a soberania das pessoas brancas, em especial dos europeus, sobre as demais, fundamentando a ideia de que é necessária a intervenção do homem branco para a

criação de uma sociedade dita “civilizada”. Nesse sentido, ao defenderem a suposta superioridade europeia em relação aos povos indígenas brasileiros, Spix e Martius afirmam que:

A liberdade, fundamentada na viva consciência moral e desenvolvida pela delícia da religião e da autêntica ciência, imprimiu ao europeu o cunho de dignidade e grandeza, que até aqui o tem guiado quase involuntariamente por todas as partes do mundo, sempre vitorioso; mesmo no meio de rudes filhos da natureza isso o protege, mesmo lá onde desenfreada audácia substituiu a primitiva simplicidade, e, por toda parte, ele sempre infunde respeito. Também tivemos ocasião, quando nos demoramos mais tempo entre os índios, de experimentar a preponderância que a natureza do branco exerce sobre eles. [...] basta um simples olhar deste, mesmo a sua simples presença, para o amedrontar, e um branco governa tacitamente centenas deles. (Spix; Martius, 1976, p. 144).

Os dois pesquisadores alemães supracitados reiteram a concepção de supremacia racial europeia ao estendê-la também à população negra do Brasil do século XIX. Ao descreverem o sujeito negro como frágil e submisso, por natureza, ao homem branco, que nessa perspectiva tem a branquitude associada à coragem e ao poder, eles reafirmam essa concepção racialista de hegemonia branca, como no trecho: “maior ainda é essa ascendência sobre o negro, que rápido ataca, não sendo, porém, dotado de verdadeira e firme coragem, e somente por isso, diante da inata superioridade do branco, deixa-se submeter e subjugar psiquicamente pela vontade firme deste.” (Spix; Martius, 1976, p. 144).

Influenciados pela visão eurocêntrica, Spix e Martius interpretavam os habitantes do Brasil a partir de parâmetros civilizatórios europeus, posicionando esses indivíduos em uma hierarquia racial que os colocava em condição de inferioridade. Em relação aos povos indígenas brasileiros, eles ainda relataram maior desprezo, os quais eram caracterizados como incivilizados e selvagens, conforme observa-se no trecho: “o índio, propriamente, não pode corar, e o humano “Erubescit, salva res est”³ não tem aplicação para essa rude raça humana. Só após longa convivência com os brancos, notamos entre os índios a mudança de cor, como sinal de emoção.” (Spix; Martius, 1976, p. 202). Tal passagem evidencia a concepção racialista dos autores, segundo a qual os povos indígenas seriam sujeitos passíveis de domesticação, cabendo aos brancos europeus o papel de agentes civilizatórios responsáveis por sua suposta aquisição de humanidade.

Dessa forma, ao fazerem o levantamento do número de habitantes da cidade de São Paulo, Spix e Martius destacam que “[...] eleva-se a pouco mais de 30.000, sendo metade de brancos, ou supostos brancos [...]”. (Spix; Martius, 1976, p. 122). A partir da concepção de

³ Expressão latina, pode ser traduzida como “ele cora, a situação está salva” ou “o rubor é sinal de virtude preservada”. Foi tradicionalmente associada à moral clássica, essa máxima indica que o ato de corar revela pudor, consciência moral e sensibilidade ética.

discurso formulada por Michel Pêcheux, compreende-se que a fala não é neutra, mas sim atravessada por ideologias que orientam os possíveis sentidos em um determinado contexto histórico. Logo, a escolha lexical dos naturalistas materializa no plano da linguagem uma hierarquização racial existente nesse período colonial, na qual a classe branca operava como marcador de legitimidade civilizatória. Nesse sentido, a expressão “supostos brancos” é utilizada para categorizar a população. Assim, os naturalistas evidenciam o pensamento eurocêntrico que predominava na comunidade científica. Nesse contexto, a definição racial de “homem branco” não se restringia à cor da pele, mas estava sobretudo associada à região de origem do sujeito. Logo, somente o homem branco europeu era considerado civilizado e virtuoso, sendo visto como o único capaz de civilizar as populações dos demais continentes. Nessa perspectiva, os viajantes descrevem a travessia transatlântica com destino ao Brasil: “[...] a alma regozijou-se particularmente no pensamento de que até a estas regiões, iluminadas pela bela constelação do significativo de nome Cruzeiro, o europeu trouxe a civilização cristã e científica, a verdadeira nobreza da humanidade [...] procura espalhar até às terras remotas.” (Spix; Martius, 1976, p. 35).

Ademais, podemos identificar a influência do pensamento decadentista nos relatos de viagem desses pesquisadores. As teses decadentistas, publicadas a partir de 1749 na obra *Histoire naturelle, générale et particulière*, do naturalista francês Georges Louis Leclerc, conde de Buffon, tentavam provar a subalternidade da natureza do continente americano. Buffon estendeu tais pressupostos não apenas à natureza americana, mas também aos seus habitantes. Desse modo, em *Viagem pelo Brasil: 1817-1820* (1823), observa-se a presença desse pensamento determinista:

Também o caráter desconfiado, pérfido, como se assegura, não raramente inclinado ao furto, e a expressão de mesquinhez e conformação física aparecem em ambas as raças de modo semelhante. Pela comparação da fisionomia mongólica com a americana, tem o observador bastante ocasião de encontrar vestígios reveladores para a série de desenvolvimentos, pelos quais devem ter passado os asiáticos orientais, sob o influxo de outro clima, para finalmente se transformarem em americanos. (Spix; Martius, 1976, p. 97).

Nesse trecho, Spix e Martius comparam imigrantes chineses aos indígenas brasileiros, atribuindo-lhes características consideradas negativas, tanto de ordem moral quanto física. Ao afirmarem que os asiáticos, “sob o influxo de outro clima”, teriam sido transformados em americanos, os naturalistas atribuem tais aspectos ao determinismo climático, segundo o qual o ambiente do continente americano teria ocasionado alterações físicas e degradação moral nesses grupos.

Nesse viés, os autores reiteram suas concepções acerca do povo brasileiro, qualificando os traços físicos dos indígenas como desagradáveis e apresentando-os como pertencentes a uma raça considerada degenerada e imperfectível, na medida em que se distanciavam dos traços europeus. Tal perspectiva pode ser observada no seguinte trecho:

Já antes haviam despertado em nós sentimentos melancólicos sobre a degeneração do humano neles, o porte baixinho, o pardo-avermelhado da pele, o cabelo negro de carvão, solto e desgrehado, o formato desagradável da cara larga, angulosa, e os olhos pequenos, oblíquos, inconstantes, finalmente o andar de passos curtos, esquivos, desses homens da selva. (Spix; Martius, 1976, p. 201).

Perante o conceito de representação de Roger Chartier (1988), essa descrição não é um retrato objetivo da realidade, mas sim uma atuação discursiva situada na qual o outro é simbolicamente construído segundo as visões socioculturais do observador. Nesse prisma, o discurso dos viajantes expressa uma representação dos indígenas em uma lógica de alteridade hierarquizada, reafirmando o pensamento da centralidade dos padrões europeus como norma civilizatória, estética e de humanidade.

Conclusão

O pensamento científico dos expedicionistas europeus do século XIX demonstra que suas representações a respeito dos povos brasileiros são perpassadas por pressupostos iluministas e positivistas. Esses fundamentos sustentam a ideia da razão como ferramenta de organização social e legitimam a classificação hierárquica dos povos. As expedições científicas transpuseram as barreiras da catalogação da fauna e flora, ao incorporar a avaliação moral e estética, bem como a organização civilizatória das populações locais. O discurso reproduzido por esses viajantes expressa a percepção eurocêntrica que eleva o europeu à condição de modelo de humanidade a ser seguido.

A análise do discurso científico presente em *Viagem pelo Brasil: 1817-1820* demonstra que a linguagem empregada por Spix e Martius materializa as concepções raciais e civilizatórias próprias do contexto científico da época. A escolha lexical evidencia a associação entre branquitude, racionalidade e superioridade moral. Os povos indígenas e a população negra são representados a partir de pressupostos que os colocam em condição de inferioridade. O discurso naturalista atua como instrumento de representação que elabora de maneira simbólica os sujeitos conforme os interesses políticos e ideológicos que orientavam os naturalistas.

Por fim, constata-se que o discurso científico dos exploradores contribui para disseminar uma visão de caráter determinista acerca dos povos brasileiros. Ao referenciar o clima, a raça e a degeneração, o discurso científico constitui-se como sustentação desses condicionantes. A partir dessa perspectiva, o saber científico produzido nas expedições compõe um projeto maior de expansão europeia e consolida uma narrativa que contrapõe a concepção de civilização ideal europeia ao suposto atraso dos povos colonizados.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem — Estudos e Pesquisas**, Catalão, v. 15, n. 1, p. 171-182, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/lep/article/view/32465>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes; rev. téc. Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 91-110, 1990. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/8582>. Acesso em: 12 dez. 2025.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2009.

MILLS, Charles W. **O contrato racial**. Tradução de Teófilo Reis e Breno Santos. São Paulo: Zahar, 2023.

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. **O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do século XIX**. História (São Paulo), Franca, v. 28, n. 2, p. 621-643, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/VsbmVjfZv9KwG3HmLJV6n3H/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2025.

ORLANDI, Eni Pimentel. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. Campinas: Pontes, 1995.

PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

VEIGA, J. E.; EHLERS, E. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. In: MAY, P. H. (Org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2010. p. 289-308. Disponível em:

<http://citrus.uspnet.usp.br/feaecon/media/fck/File/Veiga%20eEhler%20-%20in%20MayorgEMA%202010.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817–1820**. 3. ed. v. 1. Tradução de Lúcia Furquim Galvão e Basílio de Magalhães. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Brasília: MEC, 1976.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP